
MESA REDONDA

A validade do conceito de cultura política •

Adriano S. Lopes da Gama Cerqueira
UFOP

1. APRESENTAÇÃO

O termo “cultura política” tem sido bastante utilizado nas investigações comparadas de realidades históricas diversas. Na maior parte das vezes, pretende compreender porque uma determinada sociedade desenvolve dinâmicas institucionais diferenciadas, mesmo quando aparentam possuir um mesmo aparato institucional. Por exemplo, tem-se o debate sobre as experiências político partidárias na América Latina em comparação com as desenvolvidas na Europa ocidental e nos Estados Unidos. Apesar de possuírem um quadro típico de uma democracia representativa, de base partidária, o resultado não é uma democracia semelhante à norte-americana e à dos países da Europa ocidental. Em tal contexto de análise, fica bem tentadora a idéia de que a “cultura política” latino-americana seria diferente da anglo-saxônica, por exemplo. Já se disse muito da “emotividade” latino-americana rivalizando contra a “racionalidade” anglo-saxônica.¹

Outra vertente de análise tem sido empreendida na recente redescoberta da história política. Apesar do inestimável desenvolvimento dos estudos políticos ocorridos no século atual – nas ciências sociais, tanto a ciência política quanto a sociologia política conheceram uma grande difusão de teorias e pesquisas² – por incrível que pareça a história não se mostrou muito interessada. Afinal, o século XX, como um graduando de história logo percebe, foi o século da crítica

• Esse trabalho fez parte da mesa redonda “A discussão sobre a cultura política na historiografia”, apresentada no dia 23 de julho de 1996.

¹ Referência ao debate MORSE, R. *O espelho de próspero*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; SCHWARTZMAN, S. “Uma crítica a R. Morse”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 22; e MORSE, R. “A miopia de Schwartzman.”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 22.

² Para uma discussão mais detida desse ponto, ver: CERQUEIRA, Adriano S. Lopes da Gama “A história política e as ciências sociais” In: *Anais do IX Encontro da ANPUH/MG*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1994, pp. 232-244.

historiográfica à história política, definida como uma história “fatal”, “jornalística”, de “curtíssima duração” e, pior dos supostos pecados, pouco teórica.³ Fica a pergunta: mas como que o mesmo século que conheceu obras de análise política do quilate de um Robert Dahl, Olson, Almond, Schattschneider⁴, para citar apenas esses, pode ser o mesmo século de uma suposta pobreza teórica e metodológica da história política? Certamente deve estar havendo um sério problema de comunicação nessa história.

Um fato interessante deve ser colocado agora: a redescoberta da história política, pelo menos aqui no Brasil, tem privilegiado bastante o diálogo com a antropologia, assumindo uma forma de abordagem focalizando os aspectos simbólicos, mitificados, propagandeados da política, enquanto investigação histórica.⁵ Provavelmente, nesse campo de abordagem, a discussão sobre cultura política adquire grande relevância temática, já que, invariavelmente, haverá a preocupação em se conhecer como a dinâmica interativa entre os agentes sociais de

uma dada realidade promove a cristalização de valores, imagens e símbolos suficientemente significativos para a mobilização política. Nesse sentido, a utilização do termo cultura política adquire um papel de destaque na análise teórica e será nesse contexto analítico que se promoverá aqui a sua discussão.

2. O SIGNIFICADO DE CULTURA POLÍTICA

Que tendências explicativas encontra-se no termo cultura, quando aplicado em campos de investigação onde há grande espaço para a ação racionalmente orientada? A fim de investigar isso, pode ser importante verificar como essa discussão desenvolveu-se na economia.

A economia é um campo de conhecimento da realidade social onde entrecrocavam-se estratégias de ação moldadas por cálculos e raciocínios bem

³ JULIARD, Jacques. "A política" em: LE GOFF, J. & NORA, P. (org.) *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

⁴ As principais obras são: DAHL, R. *A preface to democratic theory*. Chicago: The University of Chicago Press, 1956; DAHL, R. *Polyarchy, participation and opposition*. New Haven: Yale University Press, 1971; SCHATTSCHNEIDER, E. *The semi-sovereign people*. Hinsdale: The Dryden Press, 1960; ALMOND, G. & COLEMAN, J. *The politics of developing areas*. Princeton: Princeton University Press, 1960; e OLSON, M. *The logic of collective action: public goods and the theory of groups*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

⁵ Uma boa análise das recentes pesquisas em história política, sob esse foco de análise, encontra-se em MOTTA, Rodrigo P. Sá “A história política na perspectiva da historiografia”. In: *Anais do IX Encontro da ANPUH/MG*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1994, pp. 223-231.

caracterizados. O mercado seria, assim, um tipo de relação social onde a base para a interação entre os agentes é a capacidade de raciocinar, de somar e subtrair o impacto das expectativas referentes à dinâmica de posse de um objeto mutualmente valorizável. À luz dessa dinâmica interativa os agentes podem desenvolver comportamentos bem diversificados, inclusive novas formas de associação, como uma amizade, uma relação amorosa ou uma inimizade leve ou, muitas vezes, bem mortal.

Pois a ciência econômica conheceu, no século XIX, uma tendência culturalista, que segundo a definição de José G. Merquior:

os economistas da escola histórica “(...) em oposição à economia clássica e neoclássica, rejeitavam a existência de universais do comportamento econômico e insistiam na subordinação da lógica da economia à história.”⁶

Essa escola, conhecida como “escola histórica” dos historiadores econômicos alemães, acreditava no modelamento do agente econômico pelo que Merquior chama de “ambiente institucional”, chegando, muitas vezes, a um forte determinismo cultural.⁷ Note-se claramente uma forte oposição ao que fora discutido pelos economistas liberais clássicos, como Adam Smith, por exemplo, que acreditavam que o comportamento econômico segue, fundamentalmente, uma linhagem racional atemporal e sem nenhuma característica cultural-nacionalista. A idéia básica na investigação empreendida pela escola histórica alemã é a de que o indivíduo, antes de ser um agente econômico puramente racional, é um ser de época, envolto em uma intrincada cadeia de significações morais, ideais e valorativas com capacidade para determinar o nível de comportamento assumido nas relações de mercado, por exemplo. O maior problema operacional desta equação é bem colocado por Merquior:

“Tais tentativas” — empreendidas por algumas tendências da sociologia da educação e da ideologia — “incorrem no pecado do ‘hiperculturalismo’ (...) na medida em que apresentam a condição *necessária* (os padrões de socialização) de certos fenômenos sociais como se fora a causa *suficiente*.”⁸

Em termos simplificados, seria como se tentasse explicar a existência da borboleta falando da existência da lagarta. Afinal, é condição necessária para a

⁶ MERQUIOR, J.G. *Rousseau e Weber. Dois estudos sobre a teoria da legitimidade*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1990. p. 157.

⁷ MERQUIOR, J.G. *Rousseau e Weber*. p. 157.

⁸ MERQUIOR, J.G. *Rousseau e Weber*. p. 198.

borboleta a fase primária de vida como lagarta, mas isso somente não explica o porque da sua transformação como borboleta. Certo que tudo o que se passou dentro do casulo está relacionado com a fase primária de vida, mas apenas isso não explica como se processou a fase do casulo, por que ocorreu em determinada etapa do metabolismo da lagarta e quais as condições suficientes para a efetivação da transformação como borboleta. Em síntese, o *porque* não foi utilizado na explicação, perdendo-se o sentido de como funciona o mecanismo causal de determinada realidade, paradoxalmente porque se pretende explicá-la respeitando, exageradamente, todas as suas características constitutivas. Mas na prática, acaba por se assumir uma postura identificadora, e não explicativa.

Com a cultura política, algo semelhante pode ocorrer. A política, nessa perspectiva, assume um campo específico, bem delimitado, já que está definindo uma qualidade cultural. Como se depreende da leitura de Giacomo Sani, acerca do que é cultura política:

“(…) conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos.”⁹

Fica evidente a tentativa do autor de delimitar um campo próprio de política, dentro de um contexto cultural. Mas diversos problemas apresentam-se nessa definição. O grau de exatidão do autor fica prejudicada quando ele afirma ser a cultura política um conjunto de normas, atitudes e crenças. Há muita diferença entre normas e atitudes, por exemplo. Norma é um predicado coletivamente inserido que pretende regular a conduta social de um indivíduo, que pode assumir diversas atitudes frente à mesma. Logo, a atitude assumida pelo agente pode ser fruto, muitas vezes, de um cálculo estratégico, anterior à própria aceitação da norma. Portanto, como colocá-los em um mesmo conjunto, quando há uma clara independência entre os mesmos?

Outro problema é o “mais ou menos partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social”. Ora, ou o conjunto é universal aos seus elementos ou não estamos falando de um conjunto. O “mais ou menos” insere um alto grau de indeterminação no sistema que se pretende investigar. Será que também aqui o Sani percebeu as possibilidades dissonantes que um cálculo estratégico provoca nesta pretensa unidade social?

⁹ SANI, G. “Cultura política” In: BOBBIO, N. & alli *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. pp. 306-308.

A indeterminação acaba por ser o maior problema na tentativa de utilização do termo cultura política. Isto porque o perigo de se cair na tentação hiperculturalista é muito grande, já que o hiperculturalismo não deixa de ser uma legítima forma de se trabalhar coerentemente com o conceito. Define-se um campo de análise específico, o da política, e analisa-se a partir desse campo o comportamento dos indivíduos inseridos na determinada unidade social. Tal unidade tem um conjunto de crenças, normas e atitudes que condicionam o comportamento geral dos indivíduos, inclusive no tocante ao comportamento político. O risco dessa operação é bem conhecida na ciência social brasileira, como a dos anos vinte e trinta, quando autores como Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral¹⁰ pretenderam explicar a institucionalização do liberalismo no Brasil sob o impacto da nossa realidade étnica e cultural. Este é um exemplo extremado, mas que deve ser pensado como uma tendência marcante presente em tal exercício de reflexão da política, já que admite um campo específico por onde se poderia localizar o político, tal como se faria com o econômico ou o artístico, por exemplo. Talvez seja importante, agora, analisar o significado de política.

Segundo Fábio Wanderley Reis,

“O político é o que tem a ver com a escassez engendrada pela coexistência — o que abarca, no sentido convencional destas expressões, o ‘econômico’, o ‘político’, o ‘social’, o ‘religioso’ e o que seja como fontes de divergências ou conflito.”¹¹

Essa conceituação desde logo impõe uma condição para o político: ele não tem um campo próprio. Segundo essa conceituação, o político é uma dinâmica interacional entre agentes que estão disputando bens desigualmente distribuídos em um mesmo território socialmente compartilhado. Assim, a política pode surgir no interior de uma comunidade de artistas que só querem saber de fazer arte. Mas e quando faltarem os recursos que viabilizem esse fazer? Como distribuí-los entre os participantes? Qual o critério para a distribuição? Qual a ordem dos benefícios? Quem será primeiramente prejudicado? Continuará sendo? Haverá rodízio dos recursos existentes para todo mundo? Logo os artistas estarão fazendo política, além de arte. E aquele historiador de arte, que não gosta de teoria política, pode se

¹⁰ As obras são: TORRES, Alberto. *A organização nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933; OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. *Problemas de política objectiva*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930; e AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a realidade nacional*. Brasília: Câmara dos Deputados/ Universidade de Brasília, 1981

¹¹ REIS, Fábio Wanderley "A delimitação do 'político' nos trabalhos sobre partidos, eleições e crise institucional" em: *Ciências sociais hoje – Estado, participação política e democracia*, nº 3, 1985, São Paulo: ANPOCS-CNPq, p. 128.

ver em dificuldades para compreender por que uma determinada época promoveu uma forma específica de estilo artístico, quando poderia ter seguido um rumo estilisticamente mais apropriado. E a política teria, assim, aparecido no campo das artes...

Caso se concorde com essa definição, fica difícil trabalhar com o conceito de cultura política, já que, de imediato, se está identificando um campo específico da realidade social, ou de diferentes realidades sociais. É interessante perceber que o caráter dinâmico do político impede sua mais precisa caracterização em termos de campo de investigação, a menos que se queira entrar no time dos hiperculturalistas. De outro modo, a imprecisão pode inviabilizar o esforço iniciador da investigação inserida nos marcos de uma cultura política. É evidente que a preocupação está justamente na precisão dos agentes, de se tentar entender, nos mínimos detalhes, por que um ou mais indivíduos estimularam-se por uma específica propaganda, simbologia, crença ou um valor bem delimitado. Deste modo, ou se aceita a indeterminação do termo cultura política – como implicitamente o faz Giacomo Sani – ou radicaliza-se na sua utilização, assumindo, coerentemente, a rigidez culturalista presente em tal esforço. Além do risco da individualização histórica de experiências institucionais – por exemplo, o modelo ocidental da democracia representativa, o modelo autoritário da política no mundo oriental, etc. – tem também a própria desfiguração científica da análise, já que o modelo cultural emergirá para identificar uma determinada realidade pesquisada, e não para explicar essa própria realidade, objetivo básico de qualquer explicação que se queira científica.

3. CONCLUSÃO

Deve ser colocado que não se defende aqui a existência do homem pura razão, indiferente a normas, valores e crenças. O que se critica aqui é a tendência oposta, que quer, ou acaba por ver no homem um depósito não reflexivo de valores, normas e crenças. O cálculo racional, como já falava Thomas Hobbes no *Leviatã*¹², está intimamente ligado aos impulsos, paixões e temores. Em torno desse complexo emaranhado desenvolve-se uma existência social, interagindo diversos indivíduos envolvidos por tal diálogo. O fato de um grupo de indivíduos, em uma dada época, desenvolver um tipo de relacionamento, com disputas políticas, não quer dizer que este mesmo grupo não possa assumir um modo de relacionar-se diferente do que havia sendo habitualmente assumido. E muitas

¹² HOBBS, T. *O leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

vezes, é a própria dinâmica política que derruba preconceitos (ou crenças), modifica a hierarquia dos valores e constitui novas normatizações. Por mais forte que seja o poder desse conjunto, mais poderoso é o imperativo da escassez, que impulsiona os indivíduos a assumirem novas condutas sociais, modificando assim a realidade social, desde nos aspectos políticos quanto nos culturais. Como compreender esse movimento sob a roupagem da cultura política?

4. BIBLIOGRAFIA

- ALMOND, G. & COLEMAN, J. *The politics of developing areas*. Princeton: Princeton University Press, 1960.
- AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a realidade nacional*. Brasília: Câmara dos Deputados/ Universidade de Brasília, 1981.
- CERQUEIRA, Adriano S. Lopes da Gama “A história política e as ciências sociais” In: *Anais do IX Encontro da ANPUH/MG*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1994, pp. 232-244.
- DAHL, R. *Polyarchy, participation and opposition*. New Haven: Yale University Press, 1971.
- DAHL, Robert. *A preface to democratic theory*. Chicago: The University of Chicago Press, 1956.
- HOBBS, T. *O leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- JULIARD, Jacques. “A política” em: LE GOFF, J. & NORA, P. (org.) *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- MERQUIOR, J.G. *Rousseau e Weber. Dois estudos sobre a teoria da legitimidade*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1990. p. 157.
- MORSE, Richard. *O espelho de próspero*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- _____. “A miopia de Schwartzman”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 22.
- MOTTA, Rodrigo P. Sá “A história política na perspectiva da historiografia”. In: *Anais do IX Encontro da ANPUH/MG*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1994, pp. 223-231.
- OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. *Problemas de política objectiva*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930.
- OLSON, M. *The logic of collective action: public goods and the theory of groups*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.
- REIS, Fábio Wanderley “A delimitação do ‘político’ nos trabalhos sobre partidos, eleições e crise institucional” em: *Ciências sociais hoje – Estado, participação política e democracia*, nº 3, 1985, São Paulo: ANPOCS-CNPq, p. 128.
- SANI, Giacomo. “Cultura política” In: BOBBIO, N. & alli *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. pp. 306-308.
- SCHATTSCHNEIDER, E. *The semi-sovereign people*. Hinsdale: The Dryden Press, 1960.
- SCHWARTZMAN, Simon. “Uma crítica a R. Morse”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 22.

TORRES, Alberto. *A organização nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.